



Dois Tribunais, Duas Sentenças

Leitura de duas decisões judiciais, com resultados contrários

Ambas as decisões judiciais já transitaram em julgado, sendo que num caso o Tribunal de Primeira Instância (Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra), manteve a decisão recorrida, pugnando pela punição do militar; e num outro caso, esgotadas as vias de recurso, o Tribunal Superior (Supremo Tribunal Administrativo), manteve a decisão do Tribunal de Primeira Instância (Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga), na qual revogou o despacho que continha a a punição aplicada no processo disciplinar.

Remontam os factos em análise à época em que militares se manifestaram, em 10 de Agosto de 2005, junto ao Palácio de Belém. E na sequência de tal, entre tantos outros, foram instaurados a dois militares - um do sexo feminino, e um outro do sexo masculino -, os competentes processos disciplinares, cuja tramitação, a nível gracioso, se esgotou com a resposta ao recurso hierárquico necessário, a qual manteve a decisão de punição disciplinar recorrida.

O nosso ordenamento jurídico consagrada a tutela jurisdicional de posições jurídicas dos cidadãos, com o recurso contra actos administrativos que sejam considerados lesivos dos direitos e interesses legalmente protegidos.

E nesse âmbito, não conformados com o acto administrativo que os lesou, com a aplicação da pena disciplinar, os militares instauraram, junto do Tribunal Administrativo territorialmente competente, a respectiva Acção Administrativa Especial de Anulação, nos termos dos n.ºs 1 e 2, alíneas a) e b) do artigo 46.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA). Tal acção judicial visava alcançar uma decisão judicial que revogasse os respectivos despachos punitivos.

Assim, em 15 de Dezembro de 2006, no TAF de Braga, por parte do militar do sexo feminino, foi instaurada a referida Acção de Anulação. E em 15 de Fevereiro de 2007, por parte do militar do sexo masculino, foi intentada no TAF de Sintra, acção idêntica.

No essencial, ambas as acções judiciais foram formuladas de forma idêntica, pois os fundamentos aduzidos nas peças processuais pugnavam pela nulidade do despacho punitivo, porquanto *não existia qualquer violação de dever militar*, através da presença na citada manifestação, e porque *o despacho de (...), proferido pela entidade demandada estaria ferido de nulidade, nos termos da alínea d) do n.º 2, do artigo 133.º do CPA*.(sic).

Em síntese, nos dois processos judiciais foi suscitada a nulidade da nota de culpa e o vício de violação de lei, por errada interpretação, imputados ao despacho impugnado judicialmente.

Em 10 de Outubro de 2007, o TAF de Sintra notifica o militar do sexo masculino do duto Acórdão que declara totalmente improcedente a acção administrativa especial de anulação, pelo que a pena aplicada ao militar se mantém na sua esfera jurídica. Apesar de tal decisão ser passível de recurso, o militar optou por não o fazer, conformando-se com a sentença judicial proferida na primeira instância.

Por sentença proferida em 13 de Fevereiro de 2009, o TAF de Braga, julgando parcialmente procedente a acção administrativa especial, declarou a nulidade do despacho proferido, condenando a entidade demandada a revogar a punição aplicada em processo

disciplinar, na medida em que a militar do sexo feminino (...) *não violou nenhum dever militar*. (sic)

Inconformado com a decisão do Tribunal *a quo*, o Ministério da Defesa Nacional (MDN), interpôs recurso da sentença para o Tribunal Central Administrativo do Norte, o qual, por Acórdão de 27 de Maio de 2010, manteve a decisão recorrida, isto é, o militar manteve "limpo" o seu registo disciplinar.

Não obstante, entendeu o MDN interpor recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual, em 27 de Janeiro de 2011 "*...acordam em não admitir o recurso de revista do Acórdão do TCA Norte de 27 de Maio de 2010*".

Nesta última situação em concreto, deverá a Administração *executar* a sentença, pondo a situação de facto de acordo com a situação de direito constituída pela decisão judicial de anulação. Isto é, terá de haver a reconstituição da situação que teria existido se não tivesse sido praticado o acto ilegal ou se o acto tivesse sido praticado sem a ilegalidade.

Chegados aqui, somos confrontados com duas decisões judiciais proferidas, de conteúdo antagónico, quanto à decisão do mérito da causa, questionando-se das razões que, em face dos mesmos factos e argumentos expendidos, levados a conhecimento aos diferentes Tribunais, tenha existido, por um lado, uma sentença que pugna pela manutenção do despacho que puniu o militar, e por outro, uma outra sentença que declara a nulidade do despacho punitivo.

A resposta que *a priori* pode justificar uma dualidade de critérios, ou de caminhos, que levaram à prolação de sentenças diferentes, para casos idênticos, é a de que o Direito é uma ciência interpretativa. Existe um princípio da liberdade de julgamento, que advém do princípio da separação de poderes, a qual confere ao Juiz, o exercício de soberania, através das decisões por ele emanadas, sendo que a *convicção do Juiz não deverá ser puramente subjectiva, emocional e, portanto, imotivável, mas há-de ser sempre uma convicção pessoal*, até porque nela desempenham um papel de relevo não só a actividade cognitiva, mas também elementos racionalmente não explicáveis.

O cidadão, enquanto sujeito aos deveres militares, por via da sua Condição Militar, está restringido, constitucional e legalmente, em alguns direitos cívicos, os quais se encontram taxativamente elencados.

No entanto, adquirem o estatuto de administrados, na relação que mantêm com a Administração, da qual fazem parte. Daí que sejam titulares de interesses legalmente protegidos, por força do disposto no n.º 4, do artigo 268.º da C.R.P., tendo o direito de impugnar contenciosamente as decisões da Administração conexas com esses interesses.

E sempre que estiver em causa um acto lesivo dos seus interesses – o qual se vai repercutir na sua esfera jurídica e pessoal –, o próprio Estado cuidou de fornecer aos cidadãos os instrumentos jurídicos, tendentes a manter a legalidade dos actos praticados no âmbito da actividade administrativa.

Francisco Pessoa Leitão
Advogado